



PROGRAMAS ELEITORAIS DO PURP- EUROPEIAS E LEGISLATIVAS

QUEM É O PURP E QUEM O COMPÕE:

. PURP, é um Partido que foi criado em 2015, **decidido a reformar o regime, trazer à realidade governativa os problemas dos mais necessitados, deixando de continuar a alimentar as elites e interesses há décadas instalados. O PURP, tem de ser um Partido de voz própria e que dê garantias aos futuros eleitores de que não vai deixar-se condicionar pelos restantes partidos,** cujo política foi e continua a ser um ataque aos mais débeis e desfavorecidos, sobretudo, aos Reformados, nestes incluímos os Combatentes do Ultramar, Jovens, Desempregados e outros Cidadãos.

. É composto, na sua maioria por pessoas do Povo, não notáveis (mas não burras), que entenderam, ter chegado a hora de participar na vida do seu País, pois, a experiência de anos acumulados, permite-lhes, ter uma visão desprendida e real do que se passa no País, dado, não dependerem de grupos económicos ou outros interesses, como, almejem regalias pessoais sejam de carreirismo ou pecuniária, ao invés do que se passa nos outros Partidos, que tem sido um **fartar vilanagem** inqualificável.

O QUE PROPÕE O PURP AOS CIDADÃOS, E QUE SE BATERÁ COM RESILIÊNCIA, JUNTO DOS VÁRIOS “PODERES”.

UNIÃO EUROPEIA: Síntese das linhas mestras que preocupam o PURP.

- . Cumprimento integral do Artigo 1º da Carta dos Direitos Fundamentais da EU, onde se lê: “A Dignidade do Ser Humano é inviolável e deve ser respeitada e protegida”
- . Artigo 25º - Direito das Pessoas Idosas, onde se lê: A EU, reconhece e respeita o direito...das Pessoas Idosas...a uma existência condigna...
- . Artigo 35º - Proteção da Saúde, onde se lê: “Todas as pessoas têm direito à prevenção em matéria de saúde...assegurando um elevado nível de proteção da Saúde Humana.

Outras matérias da EU, a que estaremos muito atentos:

O PURP - ao longo dos anos, não tem visto nas agendas dos Partidos Nacionais, uma disponibilidade para debaterem e darem um enfoque mínimo às questões dos Reformados, Jovens e outros, nas questões prioritárias e sua defesa.

Já nos bastou e humilhou a frase de um Deputado que nos brindou com a frase lapidar de “peste grisalha”, sem que qualquer Partido a tivesse repudiado. Também, um Alto Responsável do FMI, muito “simpaticamente” referindo-se a este segmento de população, bolsou, mais ou menos isto: “os idosos vivem demasiado tempo e são um risco para a economia global”. São ideias funestas como estas, que urge combater, que revelam a mentalidade economicista dos diversos líderes Europeus.

O PURP - vai pugnar para que na EU, haja uma maior aproximação dos salários e reformas, entre os Países que a compõem, tendo como lema, maior equidade, entre os Povos.

O PURP – tudo fará na EU para que a Demografia se desenvolva, criando condições no apoio aos Jovens, que permitam a procriação com um mínimo de esforço nos seus parques orçamentos, desde logo, muito reduzidos, que os inibe de partir para esse desiderato.



O PURP – No cumprimento da Constituição, não renegará a entrada de Migrantes, porque somos um Povo solidário (não racista, xenófobo ou outro) mas, salvaguardando sempre a defesa dos Nacionais, em primeiro lugar. Queremos com isto dizer que, a nossa preocupação está focada nestes. A integração desses, deverá ser muito selectiva, quer na quantidade (somos um País pobre) e que os mesmos se sujeitem rigorosamente às Leis vigentes com a nossa cultura ancestral. Não lhes devem ser dados privilégios superiores aos nossos Cidadãos.

O PURP – Envidará esforços na EU, para que os Paraísos Fiscais, sejam abolidos, por forma a que seja “sangrada” as transferências sujas, provenientes de tráficos diversos.

O PURP – Tudo fará no Parlamento Europeu, para que os Eurodeputados, abdicem de uma parte dos seus salários e benesses, dando, o exemplo de solidariedade, com quem os elegeu, bem como, reduzir os gastos sumptuosos que se praticam nessa “casa”. Nesta “onda”, não esquecer também o gasto supérfluo de Estrasburgo (uma vez por mês, para aprovação das directivas), quando, deveriam ser exclusivamente decididas em Bruxelas, não se entendendo essa existência, que deveria ser abortada, pelo que comporta nos seus custos.

O PURP – Na EU, denunciará junto dos Estados Membros, a questão dos Combatentes do Ultramar, quanto, à permanência após 44 anos dos Militares em Cemitérios??? (com capim e silvas), que se encontram nessas ex-colónias, solicitando ajuda para a sua transladação.

Denunciará igualmente, o Estado Português, por ter abandonado à sua sorte e ter ostracizado, os Militares que regressaram com problemas graves de saúde (física e psicológicamente) e, só ter apoiado um grupo muito residual desses.

NO PAÍS:

Destacamos os objectivos que mais nos assolam, e que desejamos pôr em prática, se nos derem a Vossa confiança.

1 - Uma **luta acesa e acutilante**, para não dizer truculenta, mas cordial (dentro do possível) junto dos seus pares na AR, na defesa dos interesses dos Cidadãos, quando, se aperceberem que as necessidades básicas (para terem uma vida Digna) destes, não forem respeitadas e/ou desbaratadas, logo, existimos para “servir” os Cidadãos, como **Missão** e, jamais, para beneficiar, do que quer que seja.

2 – **Na Assembleia da República**, com a “força” que nos for dada pelos Cidadãos, queremos e desejamos, ser o “**fiel da balança**” nas decisões mais importantes, que digam respeito, à qualidade de vida, dos Reformados, (Combatentes) Jovens, Desempregados, Cidadãos com Deficiências e outros.

Nesta casa (AR), teremos como agenda e intervenção diária, a defesa intransigente, dos segmentos atrás referidos, até que a Voz nos doa.

Ninguém nos calará na defesa intransigente dos princípios de equidade, se estes objectivos nos forem negados, porque, ao contrário doutros, nada temos a perder.

O QUE PRECONIZAMOS E PROPONEMOS NA NOSSA INTERVENÇÃO:

. **Combate sem quartel à Corrupção**, (segundo estudos recentes, traduz cerca de 40% do nosso PIB), **pugnando** para que os infractores, **sejam de imediato presos**, sem caução e, se **forem políticos ou similares**, **impedidos, de não mais exercerem cargos públicos**, não podem mais acontecer, pela mensagem de

PURP – Partido Unidos dos Reformados e Pensionistas

Rua Pedrouços, nº. 27, Gabinete 11-E, 1400-285 Lisboa



descrédito que envergonha a nossa Democracia, que nos coloca em 5º lugar no ranking dos Países mais corruptos.

. **Que os Combatentes do Ultramar**, que regressaram de uma guerra, a que foram obrigados, regressando, muitos deles com problemas de Saúde e **abandonados à sua sorte, sejam ressarcidos e apoiados em todas as suas vertentes**. Não podemos esquecer, o **drama que é para os familiares próximos dos mesmos, viver com um ex-Combatente, seus medos e traumas, implicando tirar o bem-estar no seio das famílias**.

Exigimos que seja implementado o “Estatuto do Combatente do Ultramar”, para que neste, conste as aspirações, mais do que legítimas deste “punhado” de Homens.

Nesta temática dos Combatentes, (porque o Partido é composto na sua maioria por Combatentes do Ultramar (Filiados e Simpatizantes), voltamos a frisar, que seremos “duros” e muito assertivos na condução desta temática, doa a quem doer. Passaram mais de 40 anos, sem que, qualquer Partido com assento parlamentar, alguma vez tivesse feito alguma proposta, para reconhecer o esforço que milhares de Jovens, fizeram em prol do seu País. Não pactuaremos, com mais silencio e até humilhação, em nos esquecerem.

. **NA ASSEMBLEIA DA REPUBLICA- Combateremos sem desfalecer o seguinte:**

Redução em 30% dos gastos supérfluos administrativos.

Acabar de vez, com os subsídios de Campanha ou, minimizá-los substancialmente, para que a curto prazo, sejam abolidos definitivamente (depende da força que nos derem), entendemos que a visibilidade que os Media lhes dão no dia a dia é mais que suficiente, para passarem a sua mensagem.

Neste particular, preconizamos que, também no limite, **seja unicamente, distribuída uma verba de 50.000€/anual, a todos os Partidos em partes iguais, sem excepção, que estejam devidamente legalizados pelo Tribunal Constitucional, por forma, de que à partida, haja igualdade de oportunidade entre todos, e não o desbaratar de dinheiros públicos, que se cifrou nas últimas Eleições, em que foram dispendidos cerca de 64 milhões nesta rubrica, sem um mínimo de respeito pelos contribuintes, que se impõe moralizar.**

Acabar de vez, com o subsídio que recebem de 3,18€ por Votante, ou no limite 50 cêntimos. Entendemos, **ser uma aberração, este tipo de gastos, que anualmente custa ao erário público, qualquer coisa como 100 milhões de Euros, quando faz falta no apoio às pessoas. Que se governem com as quotas e donativos dos seus Filiados.**

Acabar de vez com as mordomias aos ex-Presidentes (palácio, carros, secretárias, motoristas e segurança 24/24 horas, que quanto a nós, não faz qualquer sentido, por muito que existam opiniões divergentes.

Acabar de vez, com essa coisa “horribles” que se chama subvenção vitalícia. Não entendemos que estas pessoas, depois de deixarem a política, **alguns deles ainda no activo, sejam beneficiários deste tipo de benesses. Por alma de quem?**

Acabar de vez, com subsídios de presença/assiduidade na AR dos Deputados. Uma vergonha, porque, que se saiba, os colaboradores das Empresas Privadas, e até os restantes funcionários públicos na generalidade, não usufruem dessa regalia e, mesmo que a tivessem, não são dinheiros públicos???

Acabar de vez, com a vergonha dos subsídios de deslocação dos Deputados, tendo em conta, que na sua maioria, os funcionários públicos não têm direito a esses suplementos, para não falar dos trabalhadores privados. Exige-se equidade.



Acabar de vez, com os 230 Deputados e reduzi-los para 180 numa primeira fase e, posteriormente para 150. Somos um País de 10 milhões de Cidadãos, onde comparativamente com outros Países, cujas populações são 3/4 vezes superiores, integram em proporção muitos menos Deputados (somos ricos, não é’).

Acabar de vez, com os sistemas de Saúde dos Deputados, porque não são mais do que os outros Cidadãos, **integrá-los na Segurança Social ou ADSE. Não devem existir Cidadãos de 1ª, todos somos iguais, principalmente quando se trata de dinheiro dos nossos impostos.**

Acabar de vez, com a actividade dupla dos Deputados, quando exercem a sua profissão fora do hemiciclo. **Pugnamos, que as suas actividades, sejam exclusivas**, para que não sejamos confrontados, com o aprovarem Leis, que depois vão defender junto dos seus clientes, que cria uma promiscuidade inaceitável.

Acabar de vez, com os salários e mordomias extras dos Deputados, reduzindo-lhes cerca de **15%, enquanto, existirem mais de 2 milhões de Cidadãos**, a viverem abaixo do limite da pobreza, considerando, os ainda mais de 2 milhões a **sobreviverem com os chamados RSI’s** e outros. Em suma, como se pode **defender estes Cidadãos, quando os fazedores das Leis, não têm sensibilidade para serem solidários...**

Acabar de vez, com as reformas antecipadas dos Deputados, enquadrando-os na Lei geral do País, como qualquer Cidadão.

Acabar de vez, com os benefícios fiscais aos Partidos (Imi, Iva, Irs e outros)

PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA- Palácio que todos pagamos!

Que sejam suprimidas, em cerca de 30% as despesas de toda a sua estrutura, para obviar os exageros nas Viagens e o enorme séquito que acompanha o PR, nas suas visitas oficiais ao Estrangeiro, bem como, o exagero dos colaboradores, a roçar o riquismo bacoco. Não esquecer que a Casa Real de Espanha com 40 milhões de cidadãos, **gasta metade** do que em Belém. Não se entende, o excesso destes gastos de “representação”. Sim, porque é disso que se trata.

Que a prioridade e influência do magistério do PR, seja direccionada para os mais débeis desprotegidos, e não, para o grande capital e outros interesses, sejam eles quais sejam.

GOVERNO:

Redução em 30% dos Gastos Administrativos, para que se evitem desperdícios de toda a ordem.

Redução em 15% nos salários dos Ministros.

Em caso de promessas não cumpridas (o que aconteceu e continua a acontece com os Governantes) quando mentem despudoradamente aos Eleitores, venham a ser por força dessas mentiras, devidamente sancionados, por uma Entidade Externa isenta.

Que os Governantes na sua actividade, o façam com seriedade e espírito de Missão, porque entendemos, ser uma honra servir o País como Missão e, não com outros propósitos.

GESTORES PÚBLICOS:

Limitar aos gestores públicos, que os seus salários, não ultrapassem o referencial do Presidente da República.

PURP – Partido Unidos dos Reformados e Pensionistas
Rua Pedrouços, nº. 27, Gabinete 11-E, 1400-285 Lisboa



Que as suas “mordomias” extras” como, por exemplo; as viaturas de topo de gama, sejam substituída por outras de menor custo e, não servirem para utilização de fins pessoais, sejam devidamente escrutinadas.

Que, os Quadros Técnicos a recrutar e outros, sejam feitos por concurso, para evitar a desigualdade no acesso ou, proporcionar o clientelismo e amiguismo.

Que, sejam feitas, igualmente, auditorias externas às suas gestões, com regularidade e, punir severamente, quem infringir as regras.

SEGURANÇA SOCIAL:

Que os imóveis que são pertença das Misericórdias, Câmaras, Escolas e Quartéis (desactivados/devolutos), sejam transformados e readaptados para a “criação” de Lares e Creches, privilegiando-se, a proximidade geográfica dessas zonas.

Que seja reposta a taxa de IRS aos Reformados, que vigorava, antes da equiparação ao Trabalhadores no activo, tendo como referência valores inferiores a 1.500€ porque estes, por força da idade, não têm como obter mais rendimentos.

Pugnar, para que a curto prazo, as reformas miserabilistas dos Reformados inferiores ao Salário Mínimo Nacional, venham a ser equiparadas ao actual salário mínimo.

Pugnar ainda que: os mais idosos (maiores de 66 anos), lhes sejam atribuído um “passe social” por forma a se deslocarem e, não ficarem na solidão das suas casas há espera do “dia final”.

Que os Reformados ou outros, residentes nas grandes Cidades e não só, não sejam “escorraçados” para a periferia, em benefício dos especuladores imobiliários.

Que, os beneficiários de RSI e Desempregados, enquanto nesta condição, contribuam, com a sua quota-parte, em actividades de apoio à Sociedade, entre outras, como por exemplo; vigilantes em Escolas e por aí fora.

É também uma das preocupações do PURP, criarem-se condições substantivas para os Jovens, se integrarem na Sociedade, que passam pela criação de Emprego efectivo, e não com contratos de trabalho precários, que além de mal pagos, não lhes proporcionam “segurança” no seu futuro, existindo nesta situação, segundo as estatísticas actuais, cerca de um milhão e 100 mil trabalhadores a contrato, o que representa para estes, não saber o dia de amanhã.

Que os Cidadãos com saúde mental debilitada seja apoiada e vista com mais humanidade.

Que os chamados “sem abrigo” usufruam de maior protecção e apoio.

Que seja vedado a qualquer Governo a utilização dos Fundos da Seg. Social e Caixa Geral de Aposentações, para outros fins.

Que o pagamento das Reformas, seja efectuada no dia 8 de cada mês e, caso coincida com um feriado ou fim-de-semana, seja liquidada, no dia útil, imediatamente anterior.

Que seja implementado com urgência o “Estatuto de Cuidador Informal, que ao PURP, muito diz, situação que nos é cara, pelo que envidaremos na AR e fora dela, todos os esforços possíveis, de apoio a Associações

PURP – Partido Unidos dos Reformados e Pensionistas

Rua Pedrouços, nº. 27, Gabinete 11-E, 1400-285 Lisboa



e Movimentos, que civicamente estão empenhados na resolução deste problema que afecta milhares de Cidadãos.

Que seja agilizado com urgência, que os pedidos de Reforma sejam pagos no menor curto espaço de tempo e, não como vem sendo praticado, que demoram tempo demasiado para serem processadas, o que causa enorme prejuízo/ desconforto aos peticionários.

FINANÇAS

Abolição/isenção da taxa de IMI, para proprietários de casas de 1ª habitação, ressaltando, patrimónios habitacionais superiores a 250 mil euros.

Que, aos artigos de luxo importados (viaturas, motas, barcos topo de gama e outros bens relevantes, lhes seja aplicada uma taxa suplementar de solidariedade.

Que seja implementado um imposto de Solidariedade à Banca, para compensar o esforço dos Cidadãos aquando da injeção dos fundos na mesma, que orçou +- em quase 20 mil milhões de euros.

Acabar se vez, com as benesses que são atribuídas aos Fundos de Investimento Imobiliário, em termos de taxas, IMI e outras. Não se entendem estas “baldas” aos mais poderosos, em contraste, com o Cidadão comum, que tudo paga.

SAÚDE:

Que, os Médicos recém-licenciados, sejam “obrigados” a se deslocarem para o interior, para colmatar as lacunas existentes, por um período mínimo de (3)três anos, como forma de compensação ao esforço dispendido por todos os Cidadãos com os seus impostos, desde o período em que iniciaram os seus estudos, até conclusão da sua Licenciatura.

Que a taxa moderadora, seja concedida gratuitamente aos Reformados, sobretudo, a todos aqueles com rendimentos muitos baixos.

Que a medicação aos Reformados com dificuldades, seja totalmente gratuita, para obviar, a que não aconteça, a regra, de este segmento e outros, muitas vezes ter que optar, em comprar remédios ou deixar de se alimentar, porque infelizmente, todos conhecemos estas situações aberrantes.

Que as chamadas “cativações” na Saúde e Segurança Social, não possam existir, devendo o orçamento aprovado, ser integralmente utilizado, por serem umas áreas nucleares para o bem-estar dos Cidadãos.

Que a rubrica de pessoal (Médicos, Enfermeiros, Auxiliares e outros), seja monitorizada constantemente em função das necessidades, sempre que se justifiquem admissões para benefício das populações, em particular, das mais desfavorecidas.

ENSINO:

Que haja uma preocupação dos Responsáveis, quanto a mobilidade dos Srs Professores, por forma a que estes, não estejam deslocados para zonas distantes das suas residências familiares, o que se traduz em despesas avultadas e cansaço, o que lhes cria imenso desgaste/stress, cujas “vítimas” são os alunos.



Também neste campo, ter em atenção a carência de pessoal auxiliar, que deve ser mais substancial, no apoio aos alunos.

Preconizamos igualmente que, seja totalmente gratuita a atribuição de livros escolares até ao 12º ano de escolaridade, com o ME a definir em tempo útil, os livros para cada ano escolar e os mesmos serem imprimidos na Imprensa Nacional. As famílias sairiam beneficiadas pois os livros ficariam mais baratos, o que proporcionaria aos progenitores uma poupança bastante considerável.

Preconizamos ainda que, os refeitórios produzam uma alimentação cuidada, para atenuar a obesidade das crianças e, que seja confeccionada nas próprias Escolas, sempre com o controlo de nutricionistas.

Que as Instalações Escolares, sejam dotadas de uma qualidade aceitável de conforto, para que os alunos se sintam motivados e felizes nesses locais. Sabemos que, em particular, no Interior do País, existem lacunas graves, como instalações degradadas e sem um mínimo de condições de habitabilidade.

Que se privilegie o Ensino Público em detrimento do Privado, a não ser em casos muito específicos, como, a não existência de Escolas Públicas nessas zonas. Só estas devem ser subsidiadas e apoiadas pelo Estado.

AUTARQUIAS:

Que sejam auditadas com regularidade as contas, para que os dinheiros públicos, não sejam empregados em fins obscuros, como o benefício em proveito próprio (Autarcas, Familiares ou amiguinhos).

Uma menção especial, a Contratos por via directa, sem concurso, que a acontecerem, devem, os seus responsáveis serem sancionados e, nalguns casos com perda de mandato.

Que sejam respeitados com rigor os Planos Directivos Municipais, para obviar e suster, qualquer tentativa menos clara, de aproveitamentos ilícitos.

Que seja proibido que os “dinheiros” das Autarquias, não sejam disponibilizados para fins eleitorais (campanhas) o que tem sido prática corrente, ao longo dos anos.

Que o património Autárquico, algum degradado, seja recuperado, e colocado ao serviço dos Municípios, para Lares, Creches e outros fins de interesse comunitário.

INTERIORIDADE:

Que sejam implementadas Leis, na defesa desses Cidadãos, em especial, que se promovam capacidades de investimento, a fim de se fixarem os naturais e outros.

Para isso, o Governo Central e as Autarquias, têm o dever de encontrar sinergias, por forma a que se desenvolvam social e economicamente, essas Regiões do Interior, proporcionando-lhe meios indispensáveis para esse fim, como o apoio às Empresas, para a criação de emprego.

O PURP estará atento e intervirá,(na hora..)se as lacunas graves existentes ,que se têm acentuado nos últimos anos, carências de diverso tipo, como; Industria praticamente inexistente, Transportes, Lares, Escolas, Creches e Maternidades, para não relevar o “ataque” dos últimos anos, do abandono dos CTT’S, Bancos, Tribunais, Centros de Saúde desactivados, obrigando os seus naturais, a deslocarem-se mais de 50 quilómetros de táxi (a expensas próprias), para se dirigirem aos Hospitais ou outras Instituições, para

PURP – Partido Unidos dos Reformados e Pensionistas

Rua Pedrouços, nº. 27, Gabinete 11-E, 1400-285 Lisboa



tratarem de assuntos básicos. Não pactuaremos e seremos muito cáusticos, junto de quem de direito, para que este tipo de situações, sejam nalguns casos revertidos (Bancos, tribunais...), bem como, a promoção e desenvolvimento económico local, seja acelerado, para benefício de todos.

JUSTIÇA:

Redução imediata das taxas de justiça, porque as existentes só beneficiam os mais ricos e são demasiado elevadas.

Que, o enriquecimento ilícito, para que se apure com fiabilidade a fuga aos Impostos, bem como, a proveniência desses valores, que seja implementada a reversão do ónus da prova.

Que, seja implementada a “delação premiada”, como forma de aceleração dos processos e sua conclusão.

Que, os presidiários (excepto os mais violentos, por crimes de sangue), devolvam com trabalho à Sociedade, o dispêndio económico da sua permanência na prisão. Nestes, também os mais poderosos economicamente, que fiquem sujeitos ao pagamento das despesas/custos inerentes à sua “estadia” nas prisões, por arresto de bens.

Que, haja celeridade nos processos em curso, casos; BES, BPN, Operação Marquês e Furacão, sejam “resolvidos” num prazo célere.

Que os sucessivos recursos, que só beneficiam os mais ricos e provocam nos Cidadãos perplexidade descontentamento, sejam abolidos de vez, para que os eventuais culpados e sentenciados, não vejam as suas penas cumpridas já depois de mortos.

Que a protecção jurídica (imunidade), de que beneficiam parlamentares e outros altos cargos do Estado, que cometam actos contrários à boa ética e/ou dolosos para o País, seja de imediato suprimida.

CORRUPÇÃO:

Que, os casos BES e outros, sejam resolvidos com a maior celeridade, porque, os Cidadãos, não podem suportar mais os 18 mil milhões já injectados no Fundo de Resolução da Banca, porque esta, na época de “vacas gordas” os seus lucros eram distribuídos pelos accionistas (uma grande fatia a Estrangeiros), e altos Quadros. Em situação deficitária, não é justo e razoável que sejam os Contribuintes, até de fracos recursos, suportarem essas más e dolosas gestões.

Que acabem de vez (extinção) as PPP’S Rodoviárias e, que os contratos blindados existentes sejam do domínio publico e revertidas para o Estado, apurando-se quem as assinou e se houver dolo, que os responsáveis sejam severamente punidos.

Sobre esta matéria, segundo estudos feitos por ilustres Matemáticos, em particular, pela Frente Cívica , as assinaturas destes contratos, foi o maior crime económico, e por consequência, o maior desfalque as contas públicas. Segundo esses estudos, por algo avaliado (valores actuais) de 5,5 mil milhões, vamos pagar cerca de 18 mil milhões, cujas taxas de rendibilidade são na ordem de 16/17% para as concessionárias. Um País pobre, não pode jamais suportar estes custos obscenos.



FUNDAÇÕES, INSTITUTOS E OBSERVATÓRIOS:

Redução em 60% destas Instituições, para se acabar de vez, com a rebaldaria existente, de gastos supérfluos e indecentes, como os casos conhecidos, que damos um exemplo, da Fundação Mário Soares, que beneficia 0,0001% dos Cidadãos, um autêntico sorvedouro descarado dos nossos Impostos, que só a um ínfimo grupo de “intelectuais” serve.

NOMEAÇÃO PARA ALTOS CARGOS DO ESTADO

Para que não aconteçam as “trapalhadas” como a última nomeação da Procuradora da República, entendemos que, as nomeações sejam feitas sobre proposta do Governo mas, aprovadas na Assembleia da República por uma maioria de 2 terços dos Deputados.

RTP:

Que se acabe de vez, com a taxa do Audiovisual, que afecta a maioria dos Cidadãos, independentemente de verem ou não, Televisão nesse canal. São gastos, que afectam o orçamento dos Cidadãos, cuja justificação não se entende, quando, as Televisões Privadas que também fazem o chamado “serviço público”, por força de uma gestão cuidada, apresentam nos seus balanços valores positivos, enquanto esta, mesmo com apoio, é um desbaratar de dinheiro, cuja programação, fica muito a desejar, quando, inclusive, exclui dos seus programas, Instituições como Partidos Políticos legalizados e os ostracizam, não lhes dando Voz.

IVA:

Que a taxa do IVA da Electricidade e Gás seja reduzido, para uma taxa de 6%, por se tratar de um “produto” básico e indispensável aos Cidadãos e, não de um bem de consumo extra.

Revisão urgente (para ontem) das taxas dos combustíveis, que são um atropelo e mentira, a que os Governos, de uma forma indirecta, “sacam” capciosamente do bolso dos Cidadãos, que afecta todos por igual, sejam ricos ou pobres, com a agravante de prejudicar irremediavelmente o “progresso” das Empresas.

HABITAÇÃO:

Que o arrendamento habitacional, a atingir um descontrolo incalculável e altamente prejudicial para as Famílias, seja repensado com urgência pelo Governo, preconizando o PURP, que os milhares de prédios desactivados e a degradarem-se, sejam reabilitados e colocados no mercado a preços acessíveis, referim-nos, sobretudo, àqueles que são propriedade de Misericórdias e outros, que com uma parceria com essa Entidades poderiam atenuar essa carência e, evitar a inflação dos preços, com mais oferta disponível.

Ainda neste particular, o PURP opor-se-á vivamente, a tudo o que for implementado e prejudicial ao seguimento de Reformados/Pensionistas, sobretudo, no que concerne aos débeis e desfavorecidos.

Que os residentes, sobretudo, os mais idosos e/ou mais desfavorecidos das grandes Cidades (Lisboa/Porto), não sejam escoraçados para a periferia, para beneficiar grandes interesses económicos.

DÍVIDA À BANCA:

Que as dívidas à Banca, na compra de habitação de “casa própria”, em caso de incumprimento pelo devedor, por razões “fortes” motivadas pelo desemprego e outras e, após esgotadas as negociações com as



entidades credoras, se proceda à entrega da fração/imóvel à Banca, como liquidação da dívida, mesmo que o valor de mercado seja inferior à dívida remanescente, sem mais encargos para o devedor.

CIRCULAÇÃO DE CAPITAIS:

Vistos Gold – Por razões óbvias, não somos contra a entrada de capitais que ajuda no desenvolvimento económico do País, mas com a introdução de algumas reservas a saber:

Que seja estudada a possibilidade de uma parte desse fluxo de capital, seja empregado na criação de Empresas, logo, criação de emprego, e não, para a pura especulação imobiliária.

Também neste capítulo que, que as Empresas que geram recursos (lucros) no País, caso das que compõem o PSI 20, que sejam obrigadas liquidarem os seus impostos na íntegra na origem, e não os transferirem para a Holanda ou outros Países. Tal situação, desencadeia, uma cruel injustiça, pois, penaliza as Empresas que não o fazem, e contribui para uma concorrência desleal.

EMPRESAS:

Que os sócios gerentes das Empresas, depois de provado, que ao longo da suas respectivas gestões, descapitalizaram as Empresas, por dolo e gestão ruinosa, e venham a apresentar insolvência, respondam com os seus bens pessoais, por forma que os seus colaboradores sejam ressarcidos, do esforço e dedicação que deram às Empresas, e que não podem ser penalizados por esses actos.

CAROS CIDADÃOS/AS

O PURP- APRESENTA-VOS ESTES PROGRAMAS ELEITORAIS,

CONVICTOS QUE, VÃO DE ENCONTRO AOS VOSSOS PENSAMENTOS, COM VERDADE, E SÓ, VERDADE, NAQUILO QUE ALMEJAMOS PARA TODOS NÓS.

POR UM PAÍS MAIS EQUITATIVO E SOLIDÁRIO.

TUDO FAREMOS, PARA NÃO VOS DESILUDIR!!!

A Comissão Política Nacional do PURP